

3º Jornadas de Estudios Sociales sobre Delito, Violencia y Policía. 4º Congreso de Seguridad Ciudadana de la UNVM. Universidad Nacional de Villa María, Villa María, 2024.

“Até quando isso vai continuar? Me ajuda, pelo amor de Deus” : a construção de espaços de não-ser em localidades de maioria negra no Rio de Janeiro.

HENRIQUE FERREIRA DA SILVA, RICARDO WILLY RIETH y DEIVISON DE CAMPOS.

Cita:

HENRIQUE FERREIRA DA SILVA, RICARDO WILLY RIETH y DEIVISON DE CAMPOS (2024). *“Até quando isso vai continuar? Me ajuda, pelo amor de Deus” : a construção de espaços de não-ser em localidades de maioria negra no Rio de Janeiro. 3º Jornadas de Estudios Sociales sobre Delito, Violencia y Policía. 4º Congreso de Seguridad Ciudadana de la UNVM. Universidad Nacional de Villa María, Villa María.*

Dirección estable:

<https://www.aacademica.org/3jornadas.de.estudios.sociales.sobre.delito.violencia.y.policia.4.congreso.de.seguridad.unvm/52>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eqcx/PXY>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.

Para ver una copia de esta licencia, visite

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

“ATÉ QUANDO ISSO VAI CONTINUAR? ME AJUDA, PELO AMOR DE DEUS”: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE NÃO-SER EM LOCALIDADES DE MAIORIA NEGRA NO RIO DE JANEIRO

Henrique Ferreira da Silva¹
Ricardo Willy Rieth²
Deivison Moacir Cezar de Campos³

Resumo:

O presente artigo investiga a construção de representações em torno às favelas do Rio de Janeiro, no Brasil, como zonas de não-ser, com base em reportagens veiculadas em um portal de notícias do Grupo Globo de Comunicações entre os anos de 2019 e 2022. O objetivo é problematizar representações e estereótipos que contribuem para a perpetuação de estigmas e marginalizações associadas às favelas e seus moradores, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e da produção de representações na mídia. A análise concentra-se nas dinâmicas representacionais presentes em produtos midiáticos de grande alcance, notadamente os veiculados pelo portal de notícias online G1 - Rio de Janeiro e Região. Nesse sentido, são analisadas 17 matérias selecionadas no referido portal, a partir de buscas realizadas com os descritores "jovens negros", "morte de jovens negros" e "racismo". As análises mostram como se estruturam relações sociais e de poder que posicionam os jovens negros como alvos preferenciais da ação necropolítica, principalmente em áreas mais pobres - como as favelas. Com base nos conceitos de necropoder e colônia (Mbembe, 2002), evidencia-se como, nas matérias examinadas, as juventudes negras são posicionadas na zona do não-ser e são constituídas como um "outro" a ser combatido e/ou exterminado. Mostram, também, uma constituição de territorialidades marcadas pelo dualismo entre vida/morte e noções sempre presentes de terror e medo, incutidos pelo aparato estatal.

Palavras-chave: necropolítica; território; juventudes negras.

¹ Mestrando em Educação do PPGEDU Ulbra/Canoas. Email: henriqferreiras@gmail.com.

² Doutor em Teologia e Professor do PPGEDU ULBRA/Canoas. Email: ricardo.rieth@ulbra.br.

³ Doutor em Ciência da Comunicação e Professor do PPGCOM PUC/RS. Email: deivison.campos@puccrs.br.

PALAVRAS INICIAIS

Os espaços de favela no Brasil têm sido historicamente marginalizados e seus moradores tendo que conviver com diferentes formas de opressão e subordinação - muitas delas advindas do próprio Estado. Um dos marcadores mais importantes nesse processo de projeção de um “inimigo ficcional” (Mbembe, 2003) dentro desses territórios é a questão racial, que acaba legitimando as ações policiais recorrentes nessas localidades. Neste sentido, a construção do corpo negro como ser à parte ou pertencente a um parcela contra a qual se deve combater é uma das estratégias do cenário necropolítico brasileiro. Stuart Hall (2003), em suas pesquisas, vai argumentar que a representação cultural tem um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva. Pensando nisso, pode-se fazer um paralelo com as representações sociais de jovens negros vítimas da violência policial no Rio de Janeiro no que tange ao seu potencial discursivo que, em larga medida, acaba colocando os corpos negros em posições de subalternidade, desconsiderando, por exemplo, a implicação da (in)ação do Estado na constituição dessas identidades e na própria instituição destes territórios como zonas de não-ser (Bueno, 2019; Mbembe, 2013).

Neste ponto, entende-se que, conforme Rocha (2012), a mídia, no contexto contemporâneo, “atua como uma das mais potentes produtoras de informações [e verdades] que nos ensinam determinadas formas de ser e estar no mundo” (p. 187). Em consonância com este pensamento, Kellner (2001) vai sinalizar que é por meio dos conteúdos veiculados nos processos comunicativos que, muitas vezes, as pessoas constroem seus repertórios sobre os mais diversos temas, incluindo raça e etnia. O autor indica que “a narrativa e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos” (2001, p.9). Parece oportuno, então, indagar sobre essas formas de representar que se produzem e se constituem dentro dos saberes midiáticos e acabam se tornando modelos absolutos de designação de um dado território, tal qual as imagens de controle propostas por Collins.

Objetiva-se então, neste escrito, refletir sobre a construção das favelas do Rio de Janeiro enquanto espaços racializados e áreas de morte, tanto concreta quanto simbólica, sob o prisma de um Estado necropolítico - a partir de imagens obtidas em matérias dentro do portal de notícias G1, que versam sobre a questão negra e a noção de território encontrada em Mbembe. Estes aspectos serão explorados a partir do campo dos Estudos Culturais em Educação, como meios/ambientes que atuam de forma pedagógica – que acabam constituindo subjetividades e modos de ser sujeitos e, em consequência, sobre seus espaços. Para isso, examinamos um

conjunto de reportagens, veiculadas entre 2019 e 2023, publicados no Portal de notícias G1 em 2019 e 2023. A metodologia pautou-se na análise cultural, compreendendo as notícias da mídia como artefatos culturais.

Inicialmente, reservamos um espaço para reflexões que situam o emprego do conceito de necropolítica e suas ramificações na vivência das jovens negras no Brasil, juntamente com uma breve explanação sobre território - visando situar o espaço de favela como uma colônia (Mbembe, 2003). Em seguida, introduziremos a abordagem teórica, embasada em visões pós-estruturalistas, além dos aspectos metodológicos que embasam a pesquisa. Posteriormente, discutiremos questões relativas ao território, utilizando as reportagens do portal de notícias G1 como base. Dentro desse contexto, analisaremos narrativas que sugerem e situam modos de existir, ser e estar em espaços cooptados pelo necropoder.

NECROPOLÍTICA E JUVENTUDES NEGRAS

No Brasil, a desumanização do corpo negro ainda é uma constante. Existe, nesse processo, um ponto de consonância, que aloca sobre esses corpos estereótipos, os quais acabam por reverberar nos espaços onde vivem, ou transitam. Concomitante a isso, o racismo cumpre a função de distinguir socialmente o diferente, incidindo sobre ele práticas racistas de maneira constante - negando o seu ser. A violência racista, que é parte do cotidiano do corpo negro, instaura o que Almeida (2002) vai chamar de “racismo estrutural”. Por ser entendido como algo já enraizado no processo histórico-social, as práticas racistas podem ser localizadas e reforçadas em diversos contextos (Almeida, 2002; Campos e Silva, 2021).

No Brasil, mesmo após a abolição da escravatura, persistiu um viés opressivo, através de práticas e teorias oriundas do “racismo científico”. Esse movimento advogava pela branqueamento da nação brasileira, considerando os negros como uma raça inferior. De acordo com Schwarcz (1993, p. 12), o ideal de branqueamento visava à eliminação da diversidade, pois o Brasil era concebido como uma nação de raças mistas, porém em um processo de transição. Essas raças, ao passarem por um intenso cruzamento e sendo “purificadas” por meio de uma seleção natural, levavam a crer que o Brasil se tornaria uma nação branca. A negação da herança negra visava, fundamentalmente, ao branqueamento da nação por meio da transição entre raças misturadas. No entanto, atualmente, esse processo parece ter se transformado em algo ainda mais perigoso: a implementação do estado necropolítico (Mbembe, 2003).

A ideia de necropolítica, elaborada por Achille Mbembe a partir das teorias de Foucault sobre biopolítica, gira em torno da noção de que o poder estatal se estende até o controle sobre a morte. Nesse contexto, a necropolítica explora como o Estado determina quem vive e quem morre, visando compreender a violência sistemática e as desigualdades que têm a “raça” como elemento central. Mbembe relaciona seu conceito de necropolítica com a interpretação de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção durante o Holocausto, destacando o contexto de violência racial.

A forma sistemática pela qual essas violências ocorrem e afetam esses corpos assume um caráter amplo na perspectiva necropolítica, permitindo a análise de como diversas narrativas sociais convergem para criar um regime de morte. Um exemplo disso é como certos discursos políticos podem legitimar massacres e genocídios, em consonância com os regimes totalitários contemporâneos. O racismo é compreendido, assim, como um dos mecanismos estatais que facilita um duplo assassinato contra os corpos negros, os quais, mesmo em vida, são confrontados com concepções racistas destinadas a subjugar-los, alimentadas por discursos sociais que promovem sua desumanização.

Dentro deste contexto, um dos alvos prioritários parecem estar sendo as juventudes negras no Brasil, uma vez que são vítimas frequentes da violência perpetrada pelo Estado. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), os homicídios são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no país. Esta realidade reflete uma aceitação generalizada dessas mortes, operando dentro de um contexto baseado na necropolítica (Mbembe, 2003), onde os mecanismos estatais são utilizados para coagir, controlar e monitorar a juventude marginalizada, com a polícia desempenhando um papel central nesse processo.

Nos últimos anos, tem havido um aumento na hostilidade do Estado brasileiro em relação às juventudes negras. Cerqueira e Coelho (2017) destacam esse cenário, apontando que desde o início dos anos 1980, o Brasil tem testemunhado um aumento nos homicídios de jovens negros. Em 2010, a taxa de homicídios para homens negros de 21 anos de idade chegou a quase 180 por cem mil habitantes. Os índices de violência letal contra jovens negros em diferentes estados do país são ainda mais alarmantes, assim como a discrepância na taxa de mortalidade entre jovens negros e não negros. Em estados como Alagoas, por exemplo, para cada não negro assassinado, 17 jovens negros foram vítimas de homicídio em 2010.

No presente momento, a situação não difere significativamente do que foi descrito pelos autores mencionados anteriormente. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) reitera o cenário de violência sistemática enfrentado pela população negra no Brasil e indica

que "a violência extrema ainda persiste", com 77,9% das vítimas sendo negras, 50% delas com idades entre 12 e 29 anos e 91,3% do sexo masculino. No que se refere à letalidade policial, os dados do referido levantamento indicam que os indivíduos negros representam 84,1% das vítimas em 2022.

O Estado brasileiro, influenciado pelo viés necropolítico, legitima a violência policial letal contra jovens negros. Esses dados refletem um processo de criminalização sistemática que ocorre em diferentes esferas sociais. Os jovens negros enfrentam os maiores riscos devido à sua cor de pele e ao local de residência, sendo frequentemente estigmatizados como bandidos ou considerados de modo geral uma ameaça à sociedade. Bhabha (1984) sugere que essa produção de estereótipos não apenas reflete a realidade social existente, mas também a recria sempre que é disseminada (p. 122). É a partir desses estereótipos marginalizantes que as juventudes negras se encontram amplamente subjugadas ao que Collins (2009) descreve como "imagens de controle". Essas imagens perpetuam diversas formas de opressão no dia a dia e contribuem para a normalização do genocídio das juventudes negras no contexto brasileiro.

TERRITÓRIO E NECROPODER

Haesbaert (2023) aponta que o conceito de território transcende as fronteiras disciplinares da geografia. Originado no contexto do Império Romano, o termo "territorium" inicialmente se referia ao espaço de jurisdição controlado por um centro urbano, evoluindo ao longo do tempo para uma associação com a soberania estatal e os limites jurídicos do Estado-nação na modernidade ocidental. No entanto, ao considerarmos sua etimologia, o termo revela uma dupla conotação: uma mais material-funcional e outra mais simbólico-afetiva. Enquanto o território pode funcionar como um sistema de controle de fluxos, também pode proporcionar sentimentos de segurança e identificação para aqueles dentro de seus limites, ao mesmo tempo em que evoca medo e insegurança para aqueles fora deles. Milton Santos enfatiza que o território é um "sistema de ações" articulado e definido pelo seu uso. Portanto, a territorialidade, entendida como um conjunto de propriedades que são essenciais para a existência de um território, desempenha um papel importante na definição do próprio território.

A definição de território pressupõe um mínimo de consenso sobre a concepção de poder. Assim, o território pode ser compreendido como um espaço construído e construtor de relações de poder, tanto em termos sociais, político-econômicos e simbólico-afetivos, quanto

em relação à interação com as forças da natureza. Não apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado ou apropriado, nem apenas um espaço moldado pela interação com a natureza, o território é, sobretudo, um espaço político que revela limites - tanto das lutas por ordem na complexa e desigual sociedade humana, quanto os impostos a todo o conjunto da vida terrestre, cuja existência está profundamente articulada e em risco (Raffestin 1993; Santos, 1998; Haesbaert, 2023).

Para tanto, o espaço é “[...] a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo” (p. 39), fato que é reforçado pela ampla gama de imaginários culturais produzidos acerca dele que vão balizar também, um dos mecanismos de importância do necropoder: a fragmentação territorial. Ou seja, é preciso emoldurar naquele espaço representações que se fixem em seus moradores, criando dicotomias, limites, fronteiras, a fim de que “os cidadãos” ou “os humanos” não interfiram - e até sancionem - as atitudes ali tomadas. Neste sentido, conforme aponta Mbembe (p. 68, 2020), trata-se da criação de uma morte à qual “ninguém se sente obrigado a reagir”, uma vez que, dentro da perspectiva necropolítica, “opera uma espécie de reversão entre a vida e a morte, como se a vida não fosse outra coisa senão o veículo da morte”.

DELINEAMENTO DOS CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Hall (2008) discute a construção das identidades, ressaltando sua natureza fluida e permeada pela marginalidade. Silva (2008) complementa essa visão ao enfatizar a natureza social e cultural da identidade, enquanto Woodward (2008) destaca o papel central da representação na formação das identidades individuais e coletivas, especialmente através da mídia. Zubaran et al. (2016) salientam que as representações sociais desempenham um papel fundamental na construção das identidades. A partir dessas reflexões teóricas, é possível entender como as identidades são moldadas, especialmente no contexto das juventudes negras, influenciando seu acesso a oportunidades sociais (Woodward, 2008).

Narrativas como as engendradas dentro dos territórios de colônia e afixadas às juventudes negras e seus moradores são capazes de formular concepções de identidade que perduram no imaginário social por longos períodos. Dentro de um contexto racialmente estratificado, onde a negritude já é associada a estigmas como pobreza e violência, reportagens desse tipo perpetuam estereótipos que, conforme Bhabha (1984) observa, não apenas refletem a realidade social existente, mas a recriam sempre que são divulgadas.

Nesse contexto, é evidenciado o papel da mídia e das esferas de poder em perpetuar representações que já estão enraizadas no imaginário social, considerando as construções racializadas que sustentam as imagens de controle. Conforme hooks (2019) argumenta, há uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco na sociedade e a naturalização de representações específicas na mídia de massa, as quais sustentam a opressão e a dominação das pessoas negras em diversos aspectos. Essas observações ressaltam as diversas formas e técnicas de racismo presentes nas representações midiáticas, incluindo o campo jornalístico e político, que utilizam os meios de comunicação para perpetuar imagens tendenciosas. Essa realidade nos leva a uma constante vigilância sobre como os meios de comunicação influenciam as representações dos corpos negros (Oliveira; Oliveira; Arrais, 2019, p. 12).

METODOLOGIA DO ESTUDO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

As mudanças tecnológicas têm remodelado a paisagem dos meios de comunicação. Jenkins (2009) conceitua a convergência das mídias como uma interseção entre mudanças tecnológicas, industriais, culturais e sociais que alteram a forma como as mídias circulam na cultura contemporânea. Essa convergência implica na interação entre mídias convencionais e online, redefinindo a maneira como os consumidores interagem e consomem conteúdo midiático (Jenkins, 2009). Em resposta a essas transformações, os veículos de comunicação estão ajustando suas estratégias de produção de conteúdo (Stefano, 2016). Com o surgimento da Internet, seguido por sua adoção pelas empresas de jornalismo, emergiram os portais de notícias, que se tornaram os principais provedores de informações para os usuários online. Herscovitz (2009) define portais como websites de notícias online que oferecem conteúdo editorial semelhante ao da imprensa, além de uma variedade de serviços e produtos.

Neste sentido, esta pesquisa examina o G1, um portal de notícias do Grupo Globo, como um veículo para disseminar informações e ideias. O Grupo Globo, fundado em 1925, ingressou na internet com o domínio Globo.com e lançou seu portal de notícias exclusivo em 2006. O jornalismo, de acordo com os Princípios Editoriais do Grupo Globo na web, é definido como uma atividade que produz conhecimento sobre fatos e pessoas, representando uma forma de compreender a realidade (Globo, 2023).

As análises apresentadas neste artigo têm como ponto de partida quatro reportagens⁴ vinculadas ao portal de notícias G1, entre 2019 e 2023, que versam sobre as questões territoriais e os corpos negros no Rio de Janeiro. Para chegar a esse número final de reportagens, o *corpus* deste artigo passou por alguns refinamentos. Primeiro, uma busca interna no *site*, fazendo uso de mecanismo de buscas a partir das expressões: “portal G1”, “jovens negros” e “Rio de Janeiro”; em seguida, o critério de seleção se deu pelas reportagens que abordaram com mais ênfase a questão territorial. Realizou-se, então, uma análise cultural interessada em entender como determinados repertórios representacionais são mobilizados pelas reportagens sobre esses corpos, buscando intersecções entre as experiências e a localidade em que vivem. De acordo com a abordagem dos Estudos Culturais, que norteia esta pesquisa, as postagens não são vistas como manifestações de pensamento individual, mas sim como construções históricas e culturais compartilhadas que moldam um conjunto de ideias dentro dos contextos vivenciados pelas pessoas. As discussões que se seguem organizam, em chave analítica, os significados constituídos e mobilizados nessas reportagens considerando os entendimentos sobre juventudes negras e território

ANÁLISE: AS COLÔNIAS COMO ZONA DE NÃO-SER

O conceito de necropolítica, originalmente desenvolvido por Joseph-Achille Mbembe (2003), assume um papel central na apreciação de como o Estado exerce seu poder de decidir quem vive e quem morre, com especial atenção à influência da noção de "raça" nesse contexto. A aplicação deste conceito permite uma análise das dinâmicas de violência sistêmica e desigualdade, destacando, em particular, os casos de homicídios de jovens negros em confrontos com as forças policiais como manifestações do racismo estrutural e da política de morte estatal.

Mbembe também estabelece uma conexão entre o conceito de necropolítica e o estado de exceção, alinhando-se com as reflexões de Giorgio Agamben sobre o Holocausto. Essa abordagem amplia nossa compreensão sobre como as violências raciais perpetradas contra corpos negros não podem ser encaradas como eventos isolados, mas, sim, como parte integrante de uma estrutura mais abrangente. A sistemática repetição desses atos violentos os transforma em fenômenos de caráter macroestrutural, permitindo uma análise profunda das várias narrativas sociais que convergem para a perpetuação do regime de morte delineado por

⁴ Essas reportagens fazem parte de um conjunto de dezessete matérias analisadas na dissertação de Mestrado do Autor (1) que dá origem a esse artigo.

esse conceito. A historicidade dessa tendência, aliada à crescente adoção de políticas de morte identificadas por Mbembe, traduz-se em um elevado número de vidas negras perdidas, negando a esses indivíduos a oportunidade de construir um futuro. A necropolítica, portanto, assume uma posição fundamental na construção dos modos de existência e ação na sociedade brasileira, perpetuando um ciclo de violência e desigualdade.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro se destaca como um ponto de análise demográfica, pois representa um dos cenários em que o aparato estatal tende a exercer sua força de forma mais contundente sobre os jovens negros. A questão da violência policial tem sido um tema de grande preocupação e debate dentro do Estado. A análise dos eventos no período considerado nesta pesquisa (2019-2022) aponta uma linha temporal marcada por flutuações na letalidade policial e na resposta das autoridades naquele estado da federação.

Em 2019, conforme dados do Instituto de Segurança Pública, divulgados em matéria publicada no Portal de Notícias G1, em 25 de novembro⁵, o Rio de Janeiro já registrava um aumento nas mortes causadas por ações policiais desde o início da série histórica, em 1998, atingindo um total de 1.546 casos até o mês de outubro. Um outro estudo, desta vez do Ministério Público, indicou que esse aumento não estava diretamente ligado à redução da criminalidade, desafiando a ideia de que a letalidade policial seria eficaz na diminuição dos índices de crime, conforme informações disponibilizadas no G1, em 14 de outubro⁶. E ainda naquele ano, o estado foi apontado como tendo a polícia mais letal do Brasil, embora não estivesse entre os estados mais violentos do país. (G1, 2019)

O ano de 2020 viu um aumento acentuado nos casos de violência com três ou mais mortes, 83% a mais, em relação ao ano anterior na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em outubro de 2020, o município do Rio experimentou 233 tiroteios, representando 55% do total na mesma localidade (G1, 2020)⁷. No entanto, após uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2020, que suspendeu operações policiais durante a pandemia da COVID-19, houve uma redução nas mortes causadas pela polícia, caindo 76%

⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/25/em-2019-rj-tem-maior-numero-de-mortos-por-policiais-desde-o-inicio-da-serie-historica.ghtml>. Acesso em 10/10/2023

⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/10/14/maioria-dos-estados-registra-queda-no-no-de-pes-soas-mortas-pela-policia-brasil-porem-tem-alta-no-dado-no-1o-semester.ghtml>. Acesso em 10/10/2023.

⁷ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/01/casos-de-violencia-com-tres-ou-mais-mortes-no-rj-aumentaram-83percent-em-um-ano-segundo-estudo.ghtml>. Acesso 01/10/2023

em comparação ao mesmo período do ano anterior (G1, 2020)⁸. Em contrapartida, a suspensão das operações não resultou em um aumento significativo de outros índices de criminalidade, fato que põe de lado preocupações anteriores que buscavam validar o excesso de policiamento e força estatal. Cabe ressaltar, nesse momento, o embate entre dois dos dispositivos do Estado, em uma tentativa de regulação do cenário de morte que emerge no contexto do Rio de Janeiro - mesmo em cenário pandêmico.

Em 2021, as mortes por intervenção policial voltaram a crescer no Rio de Janeiro, registrando um aumento de 12% entre os meses de janeiro a novembro, totalizando 1.298 casos (ISP, 2021). Em 2022, os dados continuaram a apontar uma tendência de violência policial. A pesquisa "Pele Alvo", desenvolvida pela *Rede Observatório de Segurança*, revelou que cinco pessoas negras foram mortas diariamente em ações policiais em todo o Brasil ao longo do ano de 2021, com o Rio de Janeiro liderando as estatísticas, em número absoluto de casos, registrando 1.060 mortes (Ramos, 2022). A pesquisa também destacou que 87,3% das mortes em ações policiais no estado atingiram a população negra, apesar de representarem 51,7% da população do estado. Além disso, o Observatório de Segurança do Rio evidenciou que a maioria dos registros de chacinas envolviam vítimas negras (*Ibid.*). Embora tenha ocorrido reduções temporárias em resposta a decisões judiciais, a letalidade policial continua sendo uma preocupação, especialmente quando se considera seu impacto desproporcional sobre a população negra.

A construção de territórios racializados, como as favelas, pode ser relacionada ao entendimento de Mbembe sobre as colônias como espaços à margem da lei, caracterizados por um estado de "guerra sem fim" (2003, p. 132). É sob essa perspectiva que se torna possível identificar como, em um estado necropolítico, a geografia assume uma dimensão racialmente marcada e se torna um elemento fundamental na perpetuação das desigualdades e violências sistêmicas.

Neste contexto analítico, as favelas são abordadas como locais politicamente geolocalizados, onde a noção de "raça" desempenha um papel de suma relevância, sendo interpretada como um elemento condutor das dinâmicas engendradas pelo necropoder nesses espaços. Assim, para os propósitos desta pesquisa, as favelas assumem uma analogia funcional equivalente à das colônias, conforme delineado por Mbembe (2003). O conceito de colônia, segundo a perspectiva deste autor, parte do pressuposto de que tais ambientes

⁸Disponível em

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/25/rj-tem-queda-de-76percent-nas-mortes-cometidas-por-policiais-apos-stf-restringir-operacoes-em-favelas.ghtml>. Acesso 01/10/2023

encontram-se à margem do ordenamento legal, uma vez que se caracterizam fora do estatuto do humano, habitado por sujeitos que vivem repetidamente em um contexto de “guerra e desordem”, onde a violência é uma das bases do território em si (Mbembe, 2003). Os trechos selecionados nesta seção se configuram como representações dos territórios que, em primeiro plano, englobam aspectos distintos, a partir das reportagens analisadas:

Imagem 1: Excerto de reportagem

'A polícia já chega atirando'



Mãe de menina morta com tiro no peito chora na porta de hospital — Foto: Ari Peixoto/TV Globo

Fonte: G1

Neste primeiro excerto o território compreende um lócus de inexistência para as pessoas que ali vivem, sendo um espaço onde os moradores convivem com a dor. A mãe de Jennifer Silene Gomes, (Reportagem 1), diz em entrevista: “A polícia já chega atirando”. A partir disso, Silva e Campos (2020) vão pontuar que:

[...] no caso das cidades brasileiras, as favelas e comunidades –, o Estado “pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira” (Mbembe, 2016, p.134), uma vez que, na perspectiva do necropoder, há uma inexistência de humanidade percebida nestes corpos.

“A polícia já chega atirando” é a materialidade do pensamento de Fanon (1991, p. 39), também apontado por Silva e Campos, “lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como” (2020, p.272). Os autores citam Mbembe (2016, p.133),- para referir que colônias seriam “zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado”, são locais onde a violência do Estado tende a trabalhar “a serviço da civilização” (*Ibid*).

Essa concretude é construída dentro de uma noção que contrapõe a importância dos corpos. Woodward (2000) vai nomear essa construção de diferença a partir da ideia de “nós e eles”. Para a autora, a “marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade”, uma vez que “a diferença é reproduzida por meio de sistemas simbólicos” (2000, p. 25). A mãe da vítima também faz essa distinção em outro trecho da matéria:

Imagem 2: Excerto de reportagem

"Até quando isso vai continuar? Me ajuda, pelo amor de Deus! A gente é pobre, mora num barraco. A polícia já chega atirando. Não pode! A polícia já chega atirando", disse Silene.

Fonte: G1

Existe uma construção dicotômica da violência nos ambientes de favela. Institui-se um binômio a partir do qual se posiciona um “nós” e oposição a um “eles”: os moradores e do Estado - nesse momento sobre o manto das polícias - e também sobre a ideia de “morro e asfalto”. No asfalto, o tratamento é diferente. Na favela, “a polícia já chega atirando”.

Mbembe (2003) aponta, que esse processo estabelece “uma censura biológica entre uns e outros”, algo que Foucault (1997) classifica como “racismo”. As polícias do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Observatório de Segurança, “mataram 1.327 pessoas no ano de 2022, isso representa 29,7% de todas as mortes violentas na federação. Ou seja, as forças policiais são responsáveis por um terço da violência letal” (2023). O mesmo relato foi posto em outro excerto, dessa vez na R5:

Imagem 3: Excerto de reportagem

Moradores da região contaram que o jovem voltava para casa com um amigo quando foi atingido por um tiro na cabeça. Segundo os relatos, os meninos subiam a rua de casa e encontraram com policias militares que desciam a comunidade atirando.

Fonte: G1

No fragmento anterior destaca-se o posicionamento dos moradores da região, o que colabora para a produção do significado de favela associado ao de colônia, nos termos de Mbembe. Interessa observar que, nos excertos selecionados, existe uma consonância sobre o modus operandi das polícias no ambiente da favela. Esse aparelho repressivo que “sobe atirando”, vem tirando a vida de inúmeros moradores. Sobre isso, a cientista social Silvia Ramos, que é coordenadora da Rede de Observatórios da Segurança, aponta:

Algumas vezes essas ações têm muita visibilidade, quando ocorrem vários mortos em uma única operação (chacinas policiais), quando ocorrem em favelas conhecidas com presença de grupos de ativistas locais ou quando morrem crianças ou mulheres. Podemos contar talvez dez, vinte, trinta, quarenta episódios assim num ano. Mas se juntarmos todos os registros que lemos na mídia profissional e redes sociais, chegaremos em média a 300 mortes. E as outras mortes que somam 1.327?“, (2023).

A repetição dos fenômenos observados por Ramos é conceituada por Mbembe (2013) e também observada em um dos excertos da R2:

Imagem 4: Excerto de reportagem

O deputado federal David Miranda (PDT-RJ) postou imagens do fotógrafo Bruno Itan de um protesto na comunidade (veja acima).

"Mais um jovem, pai de um bebê de 4 meses, morador do Jacarezinho morto pelas mãos do Estado! Nós não aguentamos mais tanta dor!", escreveu Miranda.

Fonte: G1

No fragmento anterior, destaca-se a afirmação do deputado David Miranda (PDT-RJ), que delinea essa circularidade. Quando examinamos a sua fala em destaque, que incorpora elementos dessa repetição, é possível discernir a recorrência associada ao argumento apresentado por Ramos. Analisados de forma conjunta, os trechos apresentados elucidam a maneira pela qual os moradores do território concebem a intervenção policial em sua totalidade. Neste sentido, a perspectiva unificada das passagens incorpora, em seus discursos individuais, elementos de apelo e indignação.

Nesse contexto de análise das representações e perspectivas em relação à intervenção policial em territórios onde opera diretamente o necropoder. A conexão entre esses pontos se estabelece no entendimento de que, nos territórios racializados, a experiência dos moradores

é marcada por uma dualidade intrínseca - vida e morte. E, nessa constante, a vida dos moradores desses territórios está exposta a condições que ampliam os riscos de morte. Tanto crianças, jovens, adultos quanto idosos são afetados por essa realidade, na qual a ideia de “raça” e o território desafiam a noção linear de vida, sob a perspectiva de um Estado necropolítico. É nesse ponto que Mbembe, ao discutir as colônias e o regime do apartheid, aponta uma forma peculiar de terror que se destaca pela interligação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio, sendo a raça um elemento central nesse encadeamento (Mbembe, 2013, p. 31).

Imagem 5: Excerto de reportagem

1. O que Kathlen fazia quando foi baleada?

A jovem tinha ido visitar a avó materna, Sayonara Fátima, na comunidade do Lins de Vasconcelos. Ela tinha se mudado do local no dia 24 de abril por medo da violência. Kathlen caminhava na rua com a avó quando foi baleada.

Segundo relatos da família, Kauan Peixoto tinha saído de casa para comprar um lanche. O menino deu entrada em estado grave no Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI), foi levado para cirurgia de emergência, mas não resistiu aos ferimentos.

Fonte: G1

Nas sequências em destaque, observa-se, por exemplo, o eixo da territorialidade agindo novamente nos dois casos. Em ambos os casos, as vítimas foram alvejadas por ocuparem uma localização. Kathlen, da **R4**, havia “se mudado do local no dia 24 de abril por medo da violência”. Kuan, de **12** anos, tinha “saído de casa para comprar um lanche”. Nenhum deles voltou. Nesse contexto, é possível observar como o necropoder age dentro dos territórios de colônia. Os corpos que ocupam estes espaços os ocupam sob a mira de um Estado que está posto para sua aniquilação, não importando a natureza das suas ações.

Nesse contexto, observa-se um processo de naturalização em que as representações populares da diferença racial, conforme descritas por Hall (1997), utilizam a noção de raça para perpetuar estereótipos marginalizantes sobre as pessoas negras. Essas imagens de controle desempenham um papel central na imposição de violência, tanto física quanto

simbólica, e o Estado é responsável por reforçá-las. Isso se torna evidente na recorrência da violência contra jovens negros no Brasil, que reflete a operação contínua desses fatores de aprisionamento.

Essa repetição coloca em foco a questão da desumanização no cerne do debate. A ideia de raça é central nessas discussões e perpetua a herança do racismo. Mbembe argumenta que nas colônias, os habitantes nativos são vistos como “seres humanos naturais” desprovidos das características específicas da humanidade. Esse imaginário colonial justificou a prática da escravidão no Brasil e continua a alimentar o funcionamento do necropoder, uma estrutura de poder que permite a perpetuação da morte e violência contra as pessoas negras.

Os imaginários sociais são fortemente marcados pela forma como as imagens e os repertórios sociais são criados e mantidos. A noção de "territorialização", como explicitado por Mbembe (2003), abrange vários fatores que contribuem para o sucesso da colonização em certos territórios, incluindo o controle sobre o imaginário sociocultural. Essas representações desempenham um papel significativo na imposição da violência. Essas representações também servem como instrumentos políticos que sustentam a supremacia branca dentro de uma estrutura de poder, além de contribuir para a criação de "relações de inimizade", que justificam o direito de matar, criando "inimigos fictícios", conforme discutido por Mbembe (2018).

Rocha (2012) destaca o papel da mídia contemporânea como uma produtora de informações e verdades que moldam nossa compreensão de como ser e existir no mundo. Em linha com essa ideia, Kellner (2001) salienta que as pessoas frequentemente constroem seus repertórios sobre diversos temas, incluindo raça e etnia, com base nos conteúdos veiculados nos processos de comunicação. Ele observa que a narrativa e as imagens transmitidas pela mídia fornecem símbolos, signos e recursos que ajudam a criar uma cultura comum compartilhada pela maioria das pessoas. Na imagem a seguir, a escolha fotográfica da **R1**, molda uma noção de espaço e população:

Imagem 6: Excerto de reportagem



Manifestantes fecham a Rua Ana Neri, na altura da Rua Licínio Cardoso, para protestar pela morte de menina de 11 anos — Foto: Reprodução Redes Sociais

Fonte: G1

Nela, podemos ver uma nuvem de fumaça densa, vinda do que possivelmente é um sofá queimando. Em primeiro plano, vemos uma imagem feminina que caminha, carregando uma sacola. Ao fundo, prédios depredados e pessoas aglomeradas, algumas com pneus nas mãos. A legenda aponta que são manifestantes. Existe uma correlação entre o imaginário de guerra ilustrado na imagem e a animalização. Esses corpos sofrem de um duplo que os engendra, simultaneamente, na condição de humano-alvo. A reação destes, é, então, mais uma possibilidade de ação do necropoder. Nesse sentido, tal como suscita Mbembe, “a vida cotidiana é militarizada” (2003).

PALAVRAS FINAIS

A construção das favelas no Rio de Janeiro como espaços racializados e áreas de morte revela a interseção entre política, raça e violência. Nesse contexto, as políticas habitacionais segregacionistas, combinadas com a negligência estatal deliberada em fornecer serviços básicos e segurança, perpetuam a marginalização e a vulnerabilidade dos habitantes das favelas. O Estado, ao privilegiar certas áreas urbanas em detrimento de outras, não apenas reproduz, mas também legitima, a violência estrutural que molda esses espaços como zonas de morte, tanto física quanto simbolicamente, para as populações racializadas - relegando-as ao status de “não-ser”.

Nos espaços das favelas, a presença do agente estatal é caracterizada pela imposição de violência, como observado nas análises. Esse fenômeno representa um processo de

demarcação de diferenças que perpetua uma atmosfera de conflito constante. Nessas localidades racializadas, a vivência dos moradores está profundamente enredada na dicotomia entre vida e morte. Nesse contexto, Mbembe (2013) destaca uma forma peculiar de terror, influenciada pela intersecção do biopoder, estado de exceção e estado de sítio, com a raça desempenhando um papel central nesse enlace.

A partir desse contexto, a problemática da violência surge como um elemento poderoso nessas áreas. A necropolítica, fundamentada em parte na fragmentação territorial, estabelece a criação de representações mentais que Mbembe denomina como "vidas matáveis". Essa dinâmica é perpetuada pela reconfiguração de estereótipos relacionados a esses corpos. O espaço, portanto, é considerado como a base da soberania e da violência associada a ela, como mencionado por Mbembe (p. 39), cuja validade é reforçada pela ampla gama de representações culturais que o cercam. Essas representações também fundamentam um dos mecanismos cruciais do necropoder: a fragmentação territorial. Isso implica em moldar representações no espaço que sejam internalizadas por seus habitantes, estabelecendo dicotomias, limites e fronteiras, de modo a evitar interferências dos "cidadãos" ou "humanos" e, eventualmente, justificar ou sancionar as ações perpetradas ali. Nesse contexto, conforme observado por Mbembe (p. 68, 2020), ocorre a criação de uma forma de morte à qual "ninguém se sente obrigado a reagir", pois, dentro da perspectiva necropolítica, há uma inversão entre vida e morte, onde a vida é percebida apenas como o veículo para a morte.

Nessa perspectiva, as narrativas apresentadas nas análises fornecem uma visão abrangente sobre a dinâmica das relações raciais e territoriais, não só no contexto específico do Rio de Janeiro, mas também em escala nacional, abarcando todo o território brasileiro. Apontando, entre outras coisas, o resultado da fragmentação territorial e dos avanços da necropolítica em construir imaginários sociais que legitimem o genocídio em favelas e espaços racializados. O texto trata de uma primeira aproximação do fenômeno e aponta para possibilidades de desdobramentos e novas pesquisas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUENO, C.W. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

BHABHA, Homi J. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CAMPOS, Deivison. Moacir. de; SILVA, Henrique. Ferreira. da. #Procura-seJoãoPedro: A mobilização no Twitter contra a necropolítica. **Ecopós. Perspectivas.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 266-294, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27973/15334. Acesso em: 15 de dez. de 2023.

COELHO, Danilo. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. . Brasília, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7383>. Acesso em: 02 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HAESBAERT - HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff, 2002.

HALL - HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

HOOKS - HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HERSCOVITZ, Heloiza. Golbspan. **Características dos portais brasileiros de notícias**. Brazilian Journalism Research: journalism theory, research and criticism, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 102-126, jun. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/HG3cCw>. Acesso em: 25 de jan. de 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de Comunicação**. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER - **KELLNER**, Douglas. Beavis e Butt-Head: Sem futuro para a juventude pós-moderna. In:

STEINBERG, Shirley; **KINCHELOE**, Joe (org.). **Cultura Infantil: A construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 133-159.

MBEMBE - **MBEMBE**, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OLIVEIRA E ARRAIS - **DE OLIVEIRA**, Joedson; **DE OLIVEIRA**, Romênia; **ARRAIS**, Joubert. Racismo estrutural midiático no Brasil: o corpo negro e as imagens online que condenam, matam e

discriminam. **Anais XV ENECULT - encontro de estudos multidisciplinares em cultura** - Salvador, 3 ago. 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112048.pdf>. Acesso em: 02 de jan. de 2024.

RAFFESTIN - **RAFFESTIN**, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

SANTOS - **SANTOS**. **O retorno do Território**. In: **SANTOS**, Milton et al. (Org.). Território: Globalização e Fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998b. p. 15-20

STEFANO - **STEFANO**, Luiza. **Convergência Midiática e Segunda Tela: uma análise das plataformas**

online do Big Brother Brasil. 2016. 73 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

WOODWARD - **WOODWARD**, Kathleen. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **SILVA**, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008.